



Confidencial

ASSUNTO: Sobre o golpe de Estado ocorrido na Guiné Bissau e as relações de Cooperação de Cabo Verde

Guiado pelos princípios definidos pelo PAIGC o Governo de Cabo Verde procurou desde os primórdios da Independência Nacional estabelecer relações de cooperação com todos os países na base da não ingerência nos assuntos internos do respeito pela nossa soberania e independência de pensamento e de acção.

Cinco anos volvidos, o balanço pode ser considerado positivo, como atestam os resultados obtidos e a reputação internacional que desfruta o nosso país. Quatro factores estão sem dúvidas na base desse resultado:

1º. O prestígio internacional grangeado pelo PAIGC durante a luta de libertação nacional, o que nos facultou a necessária audiência internacional e fez com que o nosso Governo fosse visto como interlocutor válido.

2º. A existência do PAIGC como partido binacional, e o consequente princípio de Unidade Guiné-Cabo Verde, que de certa forma permitiu a Cabo Verde ultrapassar as limitações inerentes à pequenez do território

3º. A justesa dos princípios que regem as nossas relações externas e de cooperação

4º. A seriedade do Governo e a capacidade de trabalho do povo caboverdeano

Nesta base, a ocorrência de um golpe de Estado na Guiné Bissau pondo em perigo a existência do Partido e a Unidade Guiné-Cabo Verde, não deixará de ter repercussões negativas, mais ao menos profundos, nas relações de cooperação desenvolvidas pelo nosso país.

Seja qual for a solução que vier a ser adoptada, parece certo que ficou duramente atingido o prestígio do PAIGC com inevitáveis reflexos sobre a audiência que disfruta o nosso país no exterior, não obstante imagem de marca criada por Cabo Verde nesses cinco anos, devido

a uma política governamental equilibrada, uma gestão sã da economia, e os esforços reais feitos pelo povo para sair do sub-desenvolvimento.

Por outro lado com o desaparecimento do Partido bi-nacional e a queda da Unidade, Cabo Verde aparecerá como uma entidade pequena e isolada, portanto mais fraca e vulnerável. A sua capacidade de atracção resultará diminuída e é possível que, aos olhos da comunidade internacional, Cabo Verde represente menos interesse. As motivações dos doadores poderão igualmente sofrer modificações. Assim é que por exemplo e como é sabido, uma das motivações de certos países em cooperar com Cabo Verde reside na possibilidade que lhes é assim auferida de atingir as restantes excolónias portuguesas e sobretudo Angola. Põe-se então a questão de saber como reagirão esses países, se interpretarem o golpe de Estado como uma perda de influência de Cabo Verde no conjunto dos países da ex-CONCP.

O aumento da vulnerabilidade de Cabo Verde e um possível isolamento político na nossa área geográfica, conduzindo finalmente a uma menor capacidade de resistência, poderá induzir a um certo endurecimento em relação ao nosso país e o aumento de pressões de toda a ordem. Assim sendo, a aplicação prática dos princípios que regem a nossa política de cooperação encontrar-se-á possivelmente dificultada. Esta política já deu sobejas provas da sua justeza e portanto ela conserva a sua plena validade, em termos dos princípios e objectivos. No entanto haverá necessidade de se proceder a reajustamentos estratégicos em função da nova situação criada:

A nível interno: estamos convencidos de que o futuro das nossas relações de cooperação e os resultados que conseguiremos dependerão em boa parte, do que formos capazes de realizar internamente. Teremos de por tudo em obra para manter e desenvolver a imagem de marca de Cabo Verde, através de um maior rigor no tratamento dos assuntos e a utilização séria e racional dos recursos de ajuda externa. Teremos ainda de resserar as nossas fileiras de forma a apresentarmos ^{na}diante da comunidade internacional como uma sólida e coerente. Nesta ^{fronte}ótica parece-nos que o acento deverá ser posto no seguinte:

1. Maior empenho e responsabilidade dos departamentos na elaboração, execução e controle de projectos e, em particular, o aumento da capacidade de execução a criação de um sistema de prestação de contas através de relatórios periódicos.

2. Melhoria da capacidade de gestão e controle do orçamento extraordinário e da articulação SECF-Finanças
3. Maior disciplina no que diz respeito a centralização das relações de cooperação; sabe-se que a proliferação de centros de decisão aumenta geralmente a confusão facilmente explorável.
4. Melhoria da articulação entre os Negócios Estrangeiros e os serviços de Cooperação através da elaboração de uma estratégia comum e de um sistema de concertação permanente.

A nível externo: os reajustamentos visam manter e mesmo desenvolver a nível de mobilização de ajuda externa, e a salvaguarda da independência nacional. Poder-se-á pensar no seguinte:

1. Revisão do sistema de cobertura diplomática de Cabo Verde no exterior e do seu papel no que respeita às relações de cooperação
2. Diversificação crescente das relações de cooperação de forma a obter o equilíbrio necessário
3. Reforço da cooperação nos sentidos seguintes:
 - a)- Países do mundo ocidental cujas políticas de cooperação estão isentas ou tem menor carga de pretensões neo-colonialistas. É o caso dos países nórdicos e da Holanda, de pequenos países europeus como a Austria, a Suíça, o Luxemburgo e a Islândia, e de outros países como o Canadá e a Espanha.
 - b)- Países africanos com incidência especial nos países de expressão oficial portuguesa e nos países de orientação política progressista. Para além das suas vantagens político económicas, a cooperação com esses países permitirá minorar o afastamento da cultura africana que resultará de um eventual abandono do projecto de Unidade com a Guiné-Bissau.
 - c)- Países não alinhados como a Índia, o Iraque, a Jugoslávia
 - d)- Países socialistas em torno da RDA e de Cuba
 - e)- Países em desenvolvimento em geral (CTPD)
4. Aumento da vigilância em relação às grandes potências e dos países capitalistas europeus.
5. Maior atenção à cooperação multilateral e com as organizações não governamentais. Nesse campo uma maior atenção será dispensa-

da ao CILSS como organismo de sensibilização e de mobilização.

6. Melhoria da informação sobre Cabo Verde e sobre a Reconstrução Nacional.

Nas páginas seguintes apresentamos algumas linhas de orientação possível das relações de cooperação bilateral. Para maior facilidade dividimos os países em vários grupos na base de critérios geo-políticos.



SECRETARIA DE ESTADO DA COOPERAÇÃO E PLANEAMENTO

N)

GRUPO A: Suécia, Noruega, Dinamarca, Finlândia
e Holanda

Este grupo é constituído por países que, em termos relativos ao P.N.B., maior ajuda dispensam ao desenvolvimento. Com efeito são os únicos a ultrapassar a meta de 0,7% do PNB estabelecida pelas Nações Unidas.

Além disso as políticas de cooperação adoptadas por esses países são das mais avançadas constituindo de certo modo a vanguarda em matéria de cooperação internacional. Não é assim de estranhar que a ajuda desse grupo é muitas vezes orientada para países considerados progressistas (ex-colónias portuguesas, Tanzânia, Viet-Nam, Cuba, etc.). Aliás foram os únicos países desenvolvidos do mundo ocidental a prestar ajuda aos movimentos de libertação.

Estas razões explicam que na nossa estratégia de cooperação esse grupo mereça uma atenção especial.

Finlândia: A Finlândia é o país mais pobre do Grupo. A principal produção é a madeira e a indústria conexas do papel que conjuntamente ocupam 40% das exportações. A crise energética atingiu gravemente esse país e a partir de 1978 regista-se um crescimento negativo do PNB. O comércio é feito principalmente com a Suécia e a URSS.

Como Cabo Verde a Finlândia é um país de emigração (100.000 trabalhadores na Suécia).

A Finlândia decidiu recentemente aumentar a ajuda ao desenvolvimento para 0,35% do PNB. Desconhecemos o tipo de cooperação a estabelecer com esse país. Parece que estaria interessada em financiar um projecto através do BIT.

Objectivos para a nossa cooperação: estabelecer relações diplomáticas, estudar as hipóteses de cooperação.

Noroega: Os principais recursos são a pesca, a madeira e o petróleo. A actividade industrial gira a volta dos estaleiros navais e da frota marítima. As cooperativas desempenham papel importante na economia noroeguesa. Até agora as relações de cooperação processam-se através de organizações internacionais. Apesar de todos os esforços desenvolvidos não foi possível estabelecer uma cooperação bilateral, alegando a Noroega o facto de não lhes ser possível alargar o leque dos países de concentração.

A ajuda noroeguesa é canalizada, em partes iguais, através das vias multilateral e bilateral (4 países da Africa Austral e 4 países asiáticos). Uma parte da ajuda bilateral pode ser dispensada a qualquer país, a título especial, nos seguintes domínios:

- Transportes marítimos
- Planificação familiar
- Assistência a refugiados e em caso de catástrofe
- Formação: especialização

Recorde-se que neste âmbito Cabo Verde beneficiou em 76/77 de um financiamento para equipar o porto de S.Vicente.

A compra de barcos é facilitada através de créditos especiais.

A cooperação com a Noroega poderá se orientar prioritariamente para os sectores dos Transportes Marítimos e Pesca (sector da industria conserveira)

Objectivo de cooperação: Desenvolver uma acção especial junto da Noroega, em vista a inclusão de Cabo Verde na lista dos países de cooperação bilateral. Os principais eixos desta acção poderão ser:

- Contactos mais assíduos através do Embaixador credita-

- do em Oslo (eventual necessidade de revisão do esquema de acreditação)
- Pressões através da Suécia e de certas personalidades como Olaf Palme e Willy Brandt
- Eventual visita do Primeiro Ministro
- Dinamização das relações empresariais existentes a nível das Pescas
- Exploração das possibilidades multilaterais

Dinamarca

A Dinamarca é um país essencialmente agrícola. Fortemente dependente energeticamente (a 99%) a economia dinamarquesa conhece uma estagnação desde 1973. Mesmo assim continua sendo o 5º país do mundo em relação ao PIB/Capita.

A ajuda para o desenvolvimento é consistente e é canalizada pelas mesmas vias que a Noruega e segundo os mesmos critérios. De modo que os problemas encontrados por Cabo Verde são idênticos.

Entretanto as seguintes possibilidades existem:

- Assistência Técnica
- Concessão de bolsas
- Créditos até 10 milhões, sem juros, 25 anos com 7 de graça, para aquisição de barcos e equipamentos
- Créditos a 8-9% de juros através do "Fundo para Industrialização dos PVD" para projectos realizados com participação de empresas dinamarquesas.

Objectivo de cooperação: obter que Cabo Verde seja considerado país de concentração e, entretando, tirar partido das vias multilaterais e das possibilidades acima indicadas.

Nesse âmbito as seguintes acções podem ser realizadas:

- Pressões através da Suécia de O.N. 65 e de personalidade como Olof Palme, Sec. Gen. das N.U., CEE - Claude Cheysson, Nilly Brandt
- Estreitar contactos com firmas dinamarquesas

(contractores de barcos, sendo que os nossos barcos tem sido adquiridos na Dinamarca, Empresa GRUND-FOS, grande fornecedoras de bombas a Cabo Verde), de maneira a constituir um grupo de pressão.

- Estreitar os contactos com as O.N.Gs: eventual visita do ICS e da Cruz Vermelha
- Estreitar contactos a nível de sindicatos e parlamentares
- De imediato, realizar um teste através da submissão de um projecto piloto de energia eólica.

HOLANDA

A Holanda é um dos mais velhos e um dos principais parceiros de Cabo Verde em matéria de cooperação bilateral.

A ajuda até agora concedida a Cabo Verde, aliás bastante consistente, foi enquadrada no programa para Reconstrução destinada aos países recém independentes. Recentemente foi-nos comunicada a intenção holandesa de por termo a esse programa e de considerar Cabo Verde no Programa de assistência aos países do Sahel.

Embora a Holanda pretenda p contrário, estamos convencidos de que tal mudança terá efeitos negativos para Cabo Verde, em termos de montante estabilidade e flexibilidade da ajuda, possibilidade de programação, etc.

Esta decisão deverá ser confirmada pelo Parlamento no início de 81. Entretanto um grupo de pressão constituído na Holanda tenta adiar a discussão do problema, tendo em conta nas novas eleições que, segundo se espera, serão favoráveis aos sociais-democratas.

O objectivo a prosseguir com a Holanda é d da inclusão de Cabo Verde na lista dos países de concentração, com a consequente garantia de ajuda a longo prazo. Uma acção especial deverá ser desenvolvida pelo Embaixador na Holanda com a participação dos grupos de apoio existente. A visita a Cabo Verde de um grupo de parlamentares será igualmente bastante benéfica.

Suécia

A cooperação com a Suécia tem decorrido da melhor maneira, sendo Cabo Verde o país que recebe maior ajuda por capita.

Interessa assim preservar e consolidar a posição privilegiada de Cabo Verde, através do reforço dos contactos a nível do Governo, Parlamento e do Partido Social e Democrata.

GRUPO B: Austria, Suíça, Luxemburgo, Índia.

O interesse para Cabo Verde resulta do facto desse grupo ser constituído por países pequenos, sem grandes pretensões de dominação. Uma cooperação com eles poderá assim ter uma menor carga política.

Austria

País encravado, industrializado com um nível de vida razoável. Indústria baseada na qualidade dos serviços. Grande prestígio internacional de seu Presidente, o Chancelheiro Kreisky o que o leva a ter um papel importante no diálogo Norte-Sul. A Austria pode não somente ajudar Cabo Verde mas também favorecer os contactos com certos países (México - Venezuela - país social democrático).

Necessidade de manter um contacto permanente a nível do cam. Presidente como Secretário Geral do Partido (prever visita oficial a Austria? para estabelecer o contacto).

A nível de cooperação: A Austria incluiu recentemente na lista dos países de concentração da ajuda. Deverá ser dada atenção especial na execução do primeiro projecto que será financiado pela Austria (matador frigorífico).

Além do cam. Presidente, um contacto permanente deverá ser estabelecido a outros níveis. Visita do cam. Ministro do Desenvolvimento Rural: - Consolidação das relações com o "comité de soutien" de Austria e com o Sr. Graber

Tipo de projectos: projectos industriais - Não é de se excluir participação austriaca no projecto de cimento.

Suíça

Um dos países mais rico do mundo, sobretudo graças a sua industria e ao sector bancário, a Suíça no entanto é um dos países que fornece menos ajuda ao desenvolvimento (0,20% do PNB).

Com Cabo Verde existem projectos em curso na Boa Vista e Santiago. A cooperação Suíça está satisfeita do andamento dos projectos, embora o não fornecimento dos relatórios de execução esteja a prejudicar estas relações.

Existem possibilidades de créditos (1 a%) quer a nível da cooperação como a nível privado. Existem condições favoráveis para desenvolvimento desta cooperação

- uma associação de amizade Genève-Cap Vert dirigida por um deputado - antigo Ministro.
- um amigo do Partido, o deputado Jean Ziegler
- Amigos de Cabo Verde a nível da Cooperação: Bizas responsável para Africa e o pessoal de Swisaid.

Objectivos: Manter e desenvolver a cooperação. Em particular obter um engajamento firme e plurianual de Suíça para financiamento do Plano integrado da Boa Vista e do desenvolvimento da horticultura em Cabo Verde.

Ação: - Convidar entidades Suíças a visitar Cabo Verde (Embaixador Hervo. Responsável de cooperação com Africa. O novo Presidente de Associação Genève-CapVert). Pensamos no entanto que a melhor maneira de desenvolver a cooperação com Suíça (Pressões externas impossíveis) é a correcta execução dos projectos e o fornecimento tempestivo dos relatórios.

- Desenvolvimento da cooperação com as ONG Suíças. Mais tarde a partir de Associação Genève-CapVert poder-se-á criar uma estrutura comercial para venda na Suíça de produtos de artesanato mesmo lagosta (supressão de intermediário)

Luxemburgo

Pequeno país encravado essencialmente industrial, Luxemburgo não tem uma tradição de ajuda. Assim o interesse para Cabo Verde reside na possibilidade de diversificações e no facto de termos uma emigração neste país, aliás em condições bastante duras (como é o caso de toda emigração neste país dominado pelas multinacionais americanas)

O Luxemburgo tem mostrado interesse em financiar pequenas acções nos domínios sociais, mas ainda não fomos capazes de apresentar projectos.

Contactos a manter a partir da nossa Embaixada em Haia.

Necessidade de obter mais dados sobre o funcionamento da cooperação neste país.

Necessidade também de contactos dos nossos serviços de emigração para defesa da nossa emigração.

O futuro Presidente de CEE é o actual primeiro Ministro do Luxemburgo Gaston Thorn do partido social democrata.

Islandia

País pequeno (população de 230.000 habitantes), a Islandia tem o 11º PNB do mundo (igual a RFA) não obstante ter graves problemas económicos (balança de pagamentos bastante deficitario, taxa de inflação anual 40%).

O interesse particular para Cabo Verde reside na semelhança dos problemas: país vulcânico, vivendo essencialmente da Pesca (62% das exportações) com uma população pequena.

Uma cooperação foi já estabelecida no domínio da transferência de tecnologias de pesca.

Existe também possibilidade de cooperação no domínio da geotermia.

Mas não se deve esperar acções de grande vulto desta cooperação que deverá se limitar na troca de experiências.

Contacto a manter através do nosso Embaixador acreditado neste país.

Espanha

País em plena expansão económica, a Espanha não tem uma tradição de ajuda. No entanto com a procura de novos mercados, Espanha está a desenvolver uma grande actividade económica nos PVD (América Latina e Africa).

O interesse de Cabo Verde para Espanha explica-se pela similitude dos nossos problemas com às das ilhas canárias.

Foi recentemente estabelecido um programa de cooperação com a Espanha. Possibilidades de cooperação nos domínios seguintes:

- Agricultura (Defesa e Conservação dos solos. Pequena hidráulica. Pesquisa de Aguas Subt.)
- Pesca (Comercio do Peixe. Fazer de Mindelo uma base de comercio de Peixe como nas Canarias)
- Turismo (Complementaridade. Acções conjuntas)
- Formação (Administração Pública, Seca etc...)

Acções: Visitas frequentes do nosso Embaixador

: Intercâmbio de delegações em varios domínios

: Dar atenção especial as acções de cooperação acordados.

2) Países europeus capitalistas com passado colonial ou com interesse especial para Africa

É o caso da RFA - França - Inglaterra - Bélgica e Itália, todos membros de CEE. O interesse de Cabo Verde em cooperar com estes países se situa a nível económico (importancia económica destes países e o peso em valor absoluta das suas ajudas), e a nível política (influência destes países no Continente Africano e sobrevivencia de laços históricos, culturais e económicos resultantes da colonização)

RFA

Fortemente influenciado pela social democracia europeia e bastante sensível à influência da RDA em Africa, a RFA tem mostrado um interesse particular em cooperar com Cabo Verde- Motivações: interesse numa situação negociada na Namibia, onde existe grandes interesses alemães. Papel moderador de Cabo Verde junto de Angola?

- Seriedade do Governo de Cabo Verde na execução dos projectos

Tipo de ajuda

- ajuda técnica no quadro do projecto integrado de Fogo e Brava e de algumas acções na Protecção de plantas.

Essa ajuda deverá aumentar com a elaboração dos Planos Regionais de Fogo e Brava.

- ajuda financeira sob forma de financiamento de Projectos (estação de enchimento da gaz) de compras de equipamentos (Ferry Boat) e ajuda à balança de pagamentos.

Acções a desenvolver - Manter a nossa política de não alinhamento e de equilíbrio com a RDA (Cabo Verde é único país dos 5 de CONCP a ter assinado a clausula de Berlin)

- Prever uma visita oficial do Cam. Primeiro Ministro em 1981 à RFA (mês de Março?)
- Manter e mesmo desenvolver as relações do PAIGC com o Partido Social Democrata.
- Convidar Willy Brandt a visitar Cabo Verde
- Nível diplomático: Nomear um Embaixador

França - País com grandes interesses geopolíticos na nossa região, a França possui uma das melhores estruturas de cooperação e é o país que mais se preocupa em marcar a sua presença (prioridade à assistência técnica).

A cooperação com Cabo Verde, embora importante em valor é caracterizada por uma certa burocracia (as vezes suprimida quando lhes convém).

De outro lado devemos ter sempre em conta que a ajuda francesa é interessada e intimamente ligada com os seus interesses na região.

Tendo em conta que não podemos ignorar a França uma maior vigilância é necessário na apreciação das implicações dos projectos e no controle da execução.

Além dos interesses regionais, a França pode ter interesse na utilização de Cabo Verde para facilitar a sua entrada em Angola (Petroleo fosfates) o que é também necessário para protecção dos seus interesses no zaire.

Uma constatação a cooperação francesa conseguiu ultrapassar a regionalização de sua ajuda em S.Nicolau para ter acções na ilha de Santiago e em quase todos os Sectores.

Acções: Nenhuma em especial: as estruturas existentes (Comissão Mista e missão francesa de cooperação) permitem manter o contacto.

Inglaterra

Este país prefere concentrar as suas ajudas nos países de língua inglesa. Não tem grandes interesse na nossa sub região e portanto será difícil obter uma ajuda consequente. Pequenas acções poderão ter lugar esporadicamente. As relações comerciais poderão ter certo interesse (compra de aviões MS P.e.)

Por isso pensamos que vão ser necessário envidar esforços para obter ajuda deste país, a não ser através das ONG (papel do ICS) .

Belgica

A cooperação com a Belgica desenvolve-se a nível multilateral. Após muitos esforços há ténues indícios de estabelecimento de relações bilaterais.

O facto de a Belgica ser um país pequeno poderá ter interesse para Cabo Verde, não obstante a suas inserção na esfera capitalista.

Será necessário prosseguir os contactos que, tendo em conta instabilidade dos Governos, deverão visar a sensibilização dos responsáveis intermediários da Cooperação. Assim o papel primordial do Embaixador acreditado nesse país.

Impõe-se igualmente a continuação da pressão através das ONG (bastante activas) e dos grupos de apoio.

Itália

A Itália decidiu sómente há pouco tempo de ter uma política mais activa no domínio de cooperação. Uma certa atenção é dada aos países africanos de expressão portuguesa. Esta decisão parece estar ligada à intensão do Governo italiano em aumentar as suas actividades comerciais com a Africa.

Tendo em conta a sua situação económica não nos parece que Itália financiará projectos de equipamentos, mas sim estudos, assistência técnica e bolsas.

No entanto tendo em conta as nossas necessidades de desenvolvimento, a presença de emigrantes caboverdeanos e o facto de que Itália não representa uma força neocolonial importante, achamos que Cabo Verde tem interesse em intensificar a cooperação com este país.

Devemos no entanto tentar de controlar melhor possível as firmas italianas que virão trabalhar no nosso país.

Ações - Trabalhar no sentido de melhorar a situação dos nossos emigrantes na Itália (Papel do Embaixador)

- Contactos frequentes a nível das estruturas de cooperação e com o Embaixador de Itália acreditado em Cabo Verde.
- Melhorar o nosso conhecimento sobre as empresas italianas.

3- Países Capitalistas não Europeus

As motivações político-económicas de cooperação desses países confundem-se praticamente com as dos países capitalistas europeus. A diferença reside no facto de aqueles não terem sido potências colonizadoras, o que os leva actualmente a desenvolver uma política de penetração na África.

Consideraremos nesta categoria os USA, o Canadá, o Japão e em certa medida a Austrália.

USA

O interesse de Cabo Verde em cooperar com os USA reside:

- no montante elevado da ajuda
- na ajuda alimentar (milho)
- na transferência de uma tecnologia de zonas áridas
- na existência de uma importante comunidade caboverdeana nos USA:

O futuro das relações de cooperação com os USA deverá ser visto à luz da recente eleição de Reagan. Segundo o "Plano republicano para dar um novo impulso ao desenvolvimento em África e no Terceiro-Mundo" será reforçada a orientação para os regimes reaccionários e anti-comunistas. A cooperação US, sejam o mesmo plano, deverá visar a promoção dos interesses americanos. Nesta ordem de ideia resulta que a mudança política nos USA não é, em principio, favorável ao nosso país, sobretudo se tivermos em conta a diminuição do nosso poder de atracção e da nossa capacidade de resistência resultante do golpe de Estado ocorrido na Guiné-Bissau.

O problema consiste em saber se o "lobby" criado em nosso favor se manterá e se a comunidade caboverdeana poderá constituir uma força capaz de fazer infletir a política US de cooperação.

Assim é que achamos por bem recomendar o reforço da sensibilização do "lobby" caboverdeano (papel da n/Embaixada) e a utilização da emigração caboverdeana. Poderão ser analisadas as possibilidades de visita a Cabo Verde de Parlamentares. US.

Quanto aos sectores de cooperação somos de opinião que se deveria continuar com a mesma orientação, acentuando no entanto os domínios de energia e pesquisa científica.

Canadá

Até agora não conseguimos iniciar com o Canadá relações de cooperação bilateral. Entretanto esse país está procedendo actualmente à revisão da sua política de cooperação e nessa base, estamos desenvolvendo esforços para que Cabo Verde seja considerado na nova lista. Qualquer que forem os resultados teremos de continuar as démarches pois o Canadá, contrariamente à maioria dos países ocidentais, não tem uma motivação política e económica bem vinculada.

Assim pensamos que devemos:

- reforçar a nossa acção diplomática, através do Embaixador do Canadá mas sobretudo através do nosso Embaixador acreditado.
- Reforço das acções com as ONGs que têm muita influência no Canadá. Prever visita do ICS.
- Convidar alto funcionário da cooperação canadense a visitar Cabo Verde.
- Estudar a possibilidade de criação de uma associação de amizade Cabo Verde-Canadá (proposta de Melle Paquin, ex-Representante do PNUD)

Japão

Até agora este país tem concentrado a sua ajuda nos países asiáticos mas, desde há dois anos, e no quadro de uma nova ofensiva comercial em, o Japão tem aumentado gradualmente a sua ajuda à África, com possibilidade de atingir montantes elevados.

Neste quadro Cabo Verde já conseguiu 2 ajudas de 1 milhão de dólares cada para compra de materiais e equipamentos através de firmas japonesas. Temos todo interesse em ampliar esta cooperação mas é de reconhecer que a iniciativa tem, até agora, pertencido ao Japão.

Devemos fazer um esforço de identificação dos projectos que podem ser executados por firmas Japonesas. Pds toda a cooperação japonesa é canalizada por essa via.

Não nos parece necessário ter uma política activa em relação ao Japão, mas sim relações normais de Estado a Estado, visto que o desenvolvimento da cooperação com este país dependerá de relações directas com as firmas japonesas.

Australia

Este país não tem em Africa (com excepção de alguns países anglofonos) uma tradição de cooperação. O interesse de Cabo Verde reside no fornecimento de uma ajuda alimentar regular e no conhecimento da experiência deste país no combate à seca.

4- Países africanos

Dividimos os países africanos em 3 grupos

GRUPO A - Angola-Guiné Bissau-Moçambique-S.Tomé

Com estes países as nossas relações deverão ser privilegiadas tendo em conta os laços culturais, históricos e políticos. Esta cooperação tem um quadro jurídico: a Convenção de Maputo. Nesta fase deveremos no entanto privilegiar as relações bilaterais dentro do grupo em atenção especial a nossa cooperação com Angola e, se possível, a Guiné Bissau.

GRUPO B - Zimbawe-Tanzania-Congo-Madagascar-Argelia

Países progressistas capazes de dispensar apoio político em caso de necessidade. Devemos fazer um esforço para manter pelo menos relações políticas estreitas com estes países. Tendo em conta a importância económica de alguns deles, uma cooperação não é

de excluir. Algumas acções podem ser de grande interesse para Cabo Verde:

Congo (Pesca) - Zimbawe (Milho) - Argélia (Petroleo).

GRUPO C - Senegal - Niger - Guiné Conakry - Costa de Marfim - Zambia - Mauritânia - Tunisia - Nigéria

Mantendo relações normais de Estado a Estado com estes países vizinhos, existem possibilidades reais de relações comerciais e económicas. O problema que fica por determinar é se Cabo Verde poderá tirar proveito da sua adesão à CEDEAO. Existe também possibilidade de formação dos nossos quadros nestes países cujos problemas de desenvolvimento são próximos dos nossos.

5- Países não alinhados não africanos

Jugoslavia Venezuela México India Irak

Achamos que devemos testar desenvolver as nossas relações com estes países por serem países em emergência económica. Por outro lado, alguns deles jogam de certo prestígio internacional e podem ser de grande validade para Cabo Verde no apoio à sua política de independência.

Jugoslavia:

Já iniciamos algumas acções de cooperação que funcionam de maneira satisfatória. No entanto devido a situação económica deste país (dívida externa enorme) as acções de cooperação serão sempre limitadas. Poderá haver um certo incremento no domínio comercial (necessidades de conhecer o mercado Jugoslávia).

Venezuela-México:

Pouca coisa fizemos para estabelecer contactos com estes países. A primeira acção é portanto de acreditar o nosso Embaixador em Nova York nestes dois países e tentar sensibiliza-los em relações aos nossos problemas.

India

No domínio da ciência e tecnologia, a India pode ajudar Cabo Verde sobretudo na apropriação de tecnologias simples- (pequenas indus-

trias, desenvolvimento rural). A Índia poderá ainda constituir uma fonte de assistência técnica (médicos v.e.). Está em curso de programação a ida de uma missão a este país, integrado por elementos de MDR, INIT, Indústria e Saúde com fim de conhecer a experiência indiana nos domínios respectivos e tentar defenir programas de Co-
operação.

IRAK

Uma cooperação promissora com este país foi interrompida em consequência do conflito Irak-Irá. Não é de se esperar que Irak poderá assumir os seus compromissos financeiro tão cedo. A reconstrução das infraestruturas destruídas pela guerra deverá exigir segundo as estimativas mais de 2 bilhões de dólares. No entanto uma vez realizada a situação, é de se encarar a possibilidade de Irak vir a fornecer Cabo Verde em Petroleo Bruto, além de possíveis ajudas financeiras.

6- Países árabes do Golfo

Koweit - Arabia Saudita - Emirados Arabes Unidos Natar

Países possuidores de grandes excedentes de Capital, Cabo Verde ainda não tirou grande proveito destas disponibilidades. As razões são que estes países financiam somente projectos bem analisados e de certa dimensão, o que não é possível para Cabo Verde nesta fase que atravessamos. De outro lado Cabo Verde é um país não musulmano, catalogado de progressista e que não facilita os contactos.

Mas pensamos que uma vez elaborado o nosso plano, poderemos ter mais tempo para estudar os projectos, de acordo com as instituições financeiras.

Embora existem possibilidades reais de ajuda a Cabo Verde devemos ter a consciência das dificuldades objectivas (independentes de Cabo Verde) a ultrapassar até se atingir um nível desejável de cooperação com os países árabes. Entretanto devemos encarar sistematicamente a participação dos Fundos Arabes no financiamento dos "grandes" projectos que possam vir a ser realizados.

Uma atenção especial será dada ao Koweit que, tenta ao contrário dos outros países, tem uma política independente e uma base administrativa bem estruturada.

Pensamos que ainda é cedo para termos uma representação diplomática nesta região. Contudo os nossos Embaixadores deverão tentar estreitar as relações com os seus colegas.

Deverão igualmente ser programadas viagens ao Médio Oriente, sempre que tivermos uma acção concreta em vista.

A Jugoslávia, Austria e Tunisia podem ajudar-nos na sensibilização destes países aos problemas de desenvolvimento de Cabo Verde.

7- Países de expressão portuguesa:

Portugal e Brasil

As possibilidades de cooperação com esses países estão definidas, e de momento não se poderá ir mais longe. Assim sendo convém dar continuidade a política de boas relações.

8- Países socialistas

As relações de cooperação com os países socialista estão muito aquém das esperanças. Razão diversas, já analisadas anteriormente poderão estar na origem desta situação.

Não obstante todas as limitações, pensamos que mais do que nunca, deveremos tentar desenvolver as relações com esses países de forma a constituírem uma alternativa válida à ajuda capitalista.

Este aspecto deverá ser tomado em conta no quadro da revisão necessária das representações de Cabo Verde, e do papel que deverão assumir.

Pensamos que será de prevelegiar as relações com a RDA e Cuba.

A adopção do 1º Plano virá possivelmente permitir o estabelecimento de uma cooperação numa base programada e a médio prazo, condição necessária a uma ultrapassagem da pesada burocracia socialista.